

SER SOCIÓLOGA DO “MUNDO RURAL” NA UNICAMP. MEMÓRIAS MUITO VIVAS

MARIA DE NAZARETH BAUDEL WANDERLEY

Neste primeiro número da revista do Ceres, gostaria de refletir sobre minha própria experiência, como professora e pesquisadora do IFCH da Unicamp, onde, durante 20 anos, participei ativamente do mestrado de sociologia e do doutorado de ciências sociais. Considero que a constituição da área temática do doutorado, então denominada Agricultura e Questão Agrária, envolvendo antropólogos e sociólogos, resultou na consolidação, nessa universidade, de um campo de reflexão, próprio das ciências sociais, sobre o mundo rural. Esse campo se caracterizou por privilegiar a compreensão dos processos de formação das diversas categorias de sujeitos sociais e suas expressões econômicas, sociais, políticas e culturais, tendo como pressuposto principal a heterogeneidade do mundo rural.

OS ESPAÇOS ACADÊMICOS

O Grupo do Matinho

Cheguei à Unicamp em 1978, momento em que o Grupo de Estudos Agrários (carinhosamente chamado Grupo do Matinho) estava em pleno apogeu. Esse grupo era formado por professores e alunos vinculados aos diversos departamentos do IFCH (na ocasião, o Departamento de Economia integrava o instituto), bem como a outros centros universitários de São Paulo, especialmente à ESALQ, aos *campi* da Unesp em Botucatu e Araraquara e às PUCs de Campinas e de São Paulo. Participavam do grupo, entre outros: Tamás Szmrecsányi, Verena Stolcke, Peter Eisemberg, Rodolfo

Hoffmann, Oriovaldo Queda, José Graziano da Silva, Sérgio Silva, Ângela Kageyama, Rubem Murilo Leão Rego, Maria Helena Antunassi, Vera Marisa Costa e Sonia Bergamasco.

A equipe se organizou como um espaço de reflexão e debate sobre a agricultura brasileira, mais especificamente sobre os processos de modernização da agricultura. Naquele mesmo ano, o seminário anual, promovido pelo grupo, contou com a calorosa participação de pesquisadores como Alberto Passos Guimarães, Inácio Rangel e Maria Yedda Linhares, com os quais, precisamente, se tentava dialogar sobre o processo de transição.

Foram longamente discutidas no grupo as teses de doutorado de José Graziano da Silva, Sérgio Silva, Ângela Kageyama, Rubem Murilo Leão Rego, entre outras, elaboradas nesse período.¹

No final dos anos 70, o debate acadêmico refletia um momento de transição da realidade brasileira, na qual a modernização da agricultura, impulsionada, sobretudo, com as orientações da política agrícola presentes no Estatuto da Terra, começava a revelar seus resultados mais evidentes, nos campos econômico, social e político. Esse ambiente de efervescência era profundamente estimulado pela constituição de duas “redes” nacionais de pesquisa e intercâmbio: um programa de estudos sobre Mão-de-Obra Volante na Agricultura, coordenado pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) e pelo Departamento de Economia Rural da Faculdade de Ciências Agrônômicas, da Unesp/Botucatu, e o Projeto de Intercâmbio em Pesquisa Social na Agricultura, PIPSA, ambas financiadas pela Fundação Ford.

No grupo da Unicamp, que funcionou até 1982, alguns temas passam a constituir o núcleo forte das reflexões: a propriedade da terra e suas relações com o capital; o progresso técnico, seus avanços e os limites dos novos modelos tecnológicos propostos; o trabalho na agricultura e o processo de proletarianização; e as formas de reprodução do campesinato. Esses temas recortavam o que se poderia denominar a questão agrária brasileira naquele momento, centrada na opção política pela modernização da agricultura que era ideologicamente apresentada como uma exigên-

1 José Graziano da Silva, *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981. Sérgio Silva, *Valor e renda da terra: o movimento do capital no campo*. São Paulo: Polis, 1981. Ângela Kageyama, *Modernização, produtividade e emprego na agricultura: uma análise regional*. Tese de doutorado em economia. Campinas, Unicamp, 1985. Rubem Murilo Leão Rego, *Terra de violência: estudo sobre a luta pela terra no sudoeste do Paraná*. Dissertação de mestrado em sociologia. São Paulo, USP, 1981.

cia do progresso. Outros temas recorrentes, que perpassavam e integravam esse *corpus* diziam respeito ao papel do Estado, ao pensamento social brasileiro, ao desenvolvimento regional e, naturalmente, à dimensão histórica da agricultura no Brasil.

O doutorado de ciências sociais

Até então, minha atuação como professora se restringia ao Programa de Mestrado de Sociologia, em que oferecia disciplinas e orientava dissertações sobre a problemática rural e agrícola.

Em 1985, e já em um outro quadro institucional, internamente, com a criação do Instituto de Economia e, externamente, com os esforços da Capes para a consolidação da pós-graduação, no Brasil, um prolongado debate no IFCH deu origem ao Doutorado de Ciências Sociais. Tenho orgulho de ter, juntamente com Vilmar Faria, Daniel Hogan, Mariza Corrêa e tantos outros professores, participado da montagem dessa proposta. Desde o início, o programa se estruturava em torno de dois eixos: a formação avançada nas teorias contemporâneas das ciências sociais e o aprofundamento de problemáticas específicas, definidas em torno de áreas temáticas.

A área temática Agricultura e Questão Agrária só começou a funcionar no primeiro semestre de 1986, formada pelos professores Maria Conceição d’Incao, Rubem Murilo Leão Rego, Teresa Sales, Carlos Rodrigues Brandão e por mim. Elide Rugai Bastos substituiu Maria Conceição, quando esta se aposentou. A primeira turma selecionada contou com quatro alunos: Antonieta da Costa Vieira, Aluísio Schumacher, Dalcy Cruz e Leonilde Sérvolo de Medeiros. Nesse primeiro momento, um seminário reunia o conjunto de professores e alunos, criando um ambiente que nos ajudou a precisar os temas e as leituras de interesse comum.

Progressivamente, o doutorado como um todo se consolidou, constituindo novas áreas temáticas e ampliando o número de alunos nele envolvido. Com a segunda turma de alunos, da qual fizeram parte Ricardo Abramovay, Regina Bruno, Clemilda Oli-

veira e Carlos Teixeira, nossa área temática também se fortaleceu, recortando como tema central de suas atividades de ensino e pesquisa “as questões associadas aos processos e relações sociais entre as diferentes categorias de sujeitos e instituições ligadas à produção de bens, serviços e símbolos do mundo rural, sob a perspectiva das ciências sociais”. A partir de então, o foco do seminário comum se orientou para uma releitura crítica dos paradigmas da questão agrária e para uma reflexão sobre o mundo rural brasileiro e foram definidas as seguintes disciplinas específicas da área: história social da agricultura; a questão agrária e as ciências sociais; raízes rurais da sociedade brasileira; sociedades agrárias; estudos comparativos sobre a questão agrária; agricultura e meio ambiente.

Para isso, muito contribuiu o entrosamento crescente entre os antropólogos e sociólogos. Na minha experiência pessoal, o grande momento desse diálogo foi a disciplina que Carlos Brandão e eu ministramos conjuntamente durante o primeiro semestre de 1994. Não se tratava apenas de dividir os temas de um programa de curso, ele com a parte antropológica e eu com os autores sociólogos. Na verdade, nossa intenção era a de construir um espaço propriamente interdisciplinar no campo das ciências sociais voltadas para o mundo rural. Permito-me transcrever, integralmente, a ementa da disciplina:

A idéia de revisitar “as mesmas coisas”, os mesmos temas, sujeitos sociais, relações e questões, com outros olhos, com “novos olhares” é sempre fecunda e perigosamente desafiadora entre as nossas ciências. A proposta deste Curso é a de uma tal revisita. Pensamos tomar alguns temas bastante comuns e já muito investigados a respeito do mundo rural e procedermos a uma leitura de suas questões desde um ponto de vista, em alguma coisa, pelo menos, diferente. Imaginamos a possibilidade de retomar a produção familiar no mundo rural: as estratégias de produção de “bens” agropastoris e de reprodução de diferentes estilos de vida no campo; os diferentes códigos

e sistemas de sentido (da ideologia das práticas econômicas ao imaginário das religiões) dos diversos tipos de sujeitos individuais e coletivos do campo, e introduzirmos uma reflexão sobre sua atualidade através do estudo e da discussão de textos e abordagens não muito comuns em tais casos. Não muito comuns, mas bastante convergentes às questões que sempre orientaram o pensamento de uma Sociologia Rural ou de uma Antropologia do Campesinato. Pretendemos, de igual maneira, orientar a proposta do curso ao ponto de encontro entre a tradição e a modernidade (ou entre a tradicionalidade e a modernização), de tal sorte que, lidando com estilos de vida, com processos e estruturas de organização da vida social rural em seus vários planos, com códigos sociais de diferentes tipos de relações de reciprocidade, de alianças e conflitos, com a ideologia e o imaginário (no limite, até mesmo com os devaneios de que fala Bachelard), estejamos sempre situados a meio caminho entre formas tradicionais, consagradas mesmo de culturas do universo rural, e os processos sociais de inovação e ruptura, tornados obrigatórios através de uma modernização de todas as esferas sociais da vida e do trabalho no mundo rural. Ao longo das 7 unidades do curso, estaremos às voltas com tipos intrigantemente comuns de nossas comunidades rurais, devolvidos à leitura na experiência de sua máxima subjetividade. Estaremos retomando, por exemplo, a lógica das relações familiares e de parentesco através dos opostos entre a norma consagrada das relações entre os seus atores sociais e as alternativas “camponesas” de sua transgressão. Estaremos re-trabalhando o imaginário e os sistemas de organização de comunidades rurais rearticuladas como movimentos religiosos do passado (Canudos, Contestado), mas também como movimentos sociais do presente.

Essa tentativa, que considero muito bem-sucedida, exigia dos dois professores uma certa dose de humildade e um grande esforço: ambos estavam presentes em todas as aulas e se dispuseram a

ler os “clássicos” (dos estudos rurais) dos dois enfoques disciplinares. Pessoalmente, reconheço com entusiasmo que li, então, pela primeira vez, alguns dos autores antropólogos e fiquei muito contente ao poder discutir com Carlos Brandão textos com filiação sociológica mais explícita. Os alunos, eles também, em maioria sociólogos ou antropólogos, pelo que me diziam, adoraram a disciplina.

No conjunto da área temática, três princípios orientavam a formação que pretendíamos oferecer.

1) Em primeiro lugar, a convicção que o doutorado, qualquer que fosse a área temática de inserção do aluno, era um curso de ciências sociais. Para nós, isso significava assumir que a sociologia rural é, antes de tudo, sociologia, como afirmará, mais tarde, Marcel Jollivet, tanto quanto a antropologia do campesinato e do mundo rural é, antes de tudo, antropologia. Nas disciplinas teóricas, a grande questão dizia respeito à crise dos paradigmas nas ciências sociais, tema que polarizava as perspectivas dos próprios professores da casa.

Para os alunos, o primeiro grande teste era o exame de qualificação, que funcionava como um elemento articulador entre essas questões mais gerais e o tema particular da tese. De fato, a exigência era de que o doutorando escolhesse um tema teórico das ciências sociais, que pudesse iluminar seu tema de tese, sem, no entanto, se confundir com o seu capítulo teórico. Como afirmou Ricardo Abramovay, em seu próprio ensaio:

Este texto nasceu das discussões sobre a crise das ciências sociais, tema dos mais importantes no decorrer dos cursos que realizei no Doutorado em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas. Além do interesse geral que estas discussões trazem, seu impacto sobre os próprios doutorandos, pelo que pude perceber, é duplo. Embora alguns poucos não se deixem “abalar” pelo tema e passem pelos cursos basicamente com o mesmo conjunto de convicções com que ali ingressa-

ram, a maior parte de nós dá-se conta da fragilidade em que se encontram não apenas os fundamentos do trabalho nas ciências sociais e do homem, mas em suas próprias sub-áreas específicas. É bem verdade que essa constatação pode trazer paralisia. Acredito, porém, ao contrário, que na maior parte dos casos ela será a base para a busca de respaldo mais seguro ao trabalho de pesquisa. Se uma crise de paradigma ameaça – por definição – o andamento tranqüilo das atividades científicas, somente seu cerco em cada sub-área específica poderá contribuir, acredito, para que seja superada.

Seria impossível enumerar aqui o trabalho de todos os alunos. Cito, apenas a título de exemplo, alguns deles. No texto sobre A crise dos paradigmas e os estudos agrários, Ricardo Abramovay procurou analisar como alguns balanços sobre os estudos agrários feitos na França, na Inglaterra e, especialmente, nos Estados Unidos, refletiram sobre a crise dos paradigmas no campo específico dos estudos rurais desses países. O ensaio que Leonilde Medeiros defendeu teve como título Algumas considerações sobre o conceito de classe social, no qual ela analisa os conceitos de classe, segundo o paradigma marxista e o debate contemporâneo, especialmente em Thompson, Castoriadis e Bourdieu. Esse exercício foi, sem dúvida, de grande utilidade para a sua tese sobre a formação dos trabalhadores rurais no Brasil. Alfio Brandenburg apresentou um ensaio intitulado Colonos: da subserviência à utopia, passo teórico importante para a elaboração de sua tese sobre a agricultura familiar e os projetos de desenvolvimento sustentável no Paraná. Por sua vez, a qualificação de João Carlos Tedesco baseou-se no trabalho intitulado Cotidiano, história e cultura: uma análise sobre a importância do cotidiano nos estudos sobre o camponês. Como sua tese seria sobre o campesinato no Rio Grande do Sul, ele procurou aprofundar seus conhecimentos sobre o pensamento de alguns autores, a respeito da vida cotidiana, especialmente de Henri Lefebvre, Agnes Heller e Henri Mendras. Regina Bruno, cuja tese seria sobre a “burguesia ru-

ral”, apresentou o trabalho Demiurgos, sanguessugas e autômatos, no qual se debruçou sobre o pensamento de Marx a respeito da burguesia. Este, formado do exame de qualificação, foi posteriormente abolido e substituído por um texto teórico mais próximo ao próprio tema da tese.

2) O segundo princípio dizia respeito à problemática específica da área temática a que estávamos vinculados. Tratava-se da necessidade de pensar as questões que o mundo rural coloca à sociedade brasileira e como as ciências sociais podem pensar essas questões. Nosso ponto de partida era a convicção de que a compreensão da realidade rural precisa de um tratamento teórico complementar, próprio, o que faz da antropologia e da sociologia rurais uma antropologia e uma sociologia específicas. De fato, o reconhecimento de uma problemática rural exige de seus estudiosos que expliquem por que o meio rural permanece como “um espaço singular e um ator coletivo”, para citar uma referência que usei posteriormente em um artigo sobre o mundo rural nas sociedades modernas.

Como entender as relações fundamentais entre o capital e o trabalho, sem integrar a reflexão sobre a propriedade da terra? As formas de apropriação da terra, sabemos todos, têm profundas implicações sobre a estrutura e as práticas de classes da sociedade como um todo e sobre a configuração e a dinâmica dos movimentos sociais. No Brasil, conhecemos assalariados do solo e camponeses sem terra; as relações de trabalho incluem as formas ditas “análogas à escravidão”, praticadas por grandes proprietários e empresários agrícolas, freqüentemente tidos como modernos; entre as estratégias de defesa da propriedade, adotadas pela “burguesia” agrária brasileira, consta, em lugar privilegiado, a eliminação física dos seus opositores.

É preciso lembrar que as classes subalternas que vivem da agricultura, em sua expressão moderna – aqui incluídos os setores ligados à agricultura familiar –, se constituíram em um processo recente. Data, de fato, dos anos 60, a emergência de uma

enorme massa de trabalhadores rurais – colonos, moradores – que perdeu o acesso, já precário, à terra e aos meios de sua subsistência e passou a viver da venda de sua força de trabalho. Da mesma forma, nos dias de hoje, sob os nossos olhos, os assentamentos de reforma agrária, que se disseminam em todo o território nacional, constituem-se como sementeiras de um campesinato, cujo lugar na sociedade ainda está sendo conquistado.

Quando se trata da sociologia do trabalho, o conhecimento das particularidades do mundo rural pode compreender como a ainda forte e determinante vinculação da atividade agrícola com a criação de seres vivos explica em grande parte por que o trabalho agrícola, nas condições modernas de produção, não se realiza sob a dominação de um sistema de máquinas, nem pode organizar-se como uma “fábrica no campo”. Como se expressaria, então, o pós-fordismo nos processos de produção agrícola?

A sociologia da família rural tenta explicar como a coletividade familiar se expressa enquanto unidade de produção, de trabalho e de consumo. É da articulação dessas três dimensões que resultam a polarização entre o projeto coletivo familiar e a busca de individualização de seus membros e os conseqüentes conflitos e tensões específicos, nos planos da divisão interna do trabalho, das formas de distribuição da renda familiar e da representação externa da unidade de produção.

3) Finalmente, o terceiro princípio é o resultado da conjunção dos dois precedentes e consistiu no grande esforço empreendido, no sentido de promover um diálogo constante e profundo entre as diversas temáticas que compunham o programa do doutorado. De fato, enfrentando uma grande dificuldade – a temática rural era considerada por alguns ilustres professores e pesquisadores uma questão menor, senão ultrapassada na sociedade brasileira e na academia –, havia, entre nós, uma grande preocupação com o diálogo com os demais colegas do doutorado, com o objetivo primordial de aproximar nossas reflexões daqueles outros pesquisadores da realidade brasileira, que também se dedicavam ao estu-

do de temas específicos. Partíamos do pressuposto de que não seria possível amputar a parte rural da realidade brasileira, sob pena de tornar impossível a formulação de uma visão de conjunto e em profundidade dessa mesma realidade. Com algumas áreas temáticas, as interfaces pareciam evidentes, como era o caso de “meio ambiente e sociedade” e “pensamento social brasileiro”. Pretendíamos, porém, ir mais além e assumir que o doutorado, com suas diversas áreas temáticas, seria o lócus privilegiado para a construção desse intercâmbio, já que contávamos com cerca de 60 professores-doutores, envolvidos em uma grande diversidade temática. O interesse mútuo e as trocas se processam sem dificuldades, quando o estudioso das políticas sociais considera a situação específica da aposentadoria rural, ou quando o pesquisador do sindicalismo brasileiro se depara com as particularidades do movimento sindical rural ou ainda quando a reflexão sobre o mundo do trabalho incorpora o que se passa no interior da agricultura familiar. O mesmo pode ser dito da presença de acampamentos de reforma agrária em áreas urbanas, das transformações recentes da família, no campo como na cidade, das múltiplas expressões de identidades sociais, referidas aos lugares de vida e às experiências de luta, da vida cotidiana nos espaços rurais, das práticas religiosas etc.

Se é difícil aos demais cientistas sociais incluir a dimensão rural como parte integrante dos próprios objetos de estudo, mais difícil ainda é para os sociólogos e antropólogos “rurais” dar conta das bibliografias especializadas do conjunto desse campo teórico tão vasto e diversificado. Todos nós, que vivenciamos a experiência de orientar teses e dissertações nesse campo, sabemos que boa parte dos alunos nos procura com temas sobre a família, o trabalho, a tecnologia, os movimentos sociais, a religião etc., em tal ou qual contexto rural. Só resta aos orientadores a humildade de reconhecer seus limites e envolver seus colegas especialistas em parcerias enriquecedoras para todos, alunos e professores, estudiosos do mundo rural ou não.

O projeto Capes/Cofecub

Em 1991, a área temática passou a integrar o Projeto Capes/Cofecub, Novas Perspectivas do Desenvolvimento Agrícola na França, na Europa e no Brasil. Esse projeto de cooperação internacional com a França havia começado bem antes, envolvendo a Universidade de Paris X – Nanterre e a Universidade Federal da Paraíba. Em sua segunda fase, até 2005, que tive a honra de coordenar, ele incluiu, do lado brasileiro, a Unicamp e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Os impactos do projeto sobre nossa área temática foram sentidos em diversos níveis. Em primeiro lugar, o projeto oferecia missões de estudo e de trabalho aos pesquisadores brasileiros. Nesse quadro, alguns dos nossos alunos tiveram a oportunidade de receber bolsas-sanduíche para realizar missões de estudo em Nanterre. Foi o caso, por exemplo, de Alfio Brandenburg e de Jadir de Moraes Pessoa. Da mesma forma, professores também puderam realizar missões de trabalho na França.

Em segundo lugar, o projeto assegurava a doação anual de livros franceses. Até hoje quando visito a biblioteca do IFCH reconheço as publicações que recebemos naquela ocasião e que foram a base do amplo acervo hoje disponível.

Em terceiro lugar, durante todo o período de vigência do projeto, tivemos a oportunidade de programar diversos seminários que contaram com a participação de colegas franceses. Lembro, especialmente, da presença de Jacques Chonchol, então diretor do Instituto de Altos Estudos para a América Latina, bem como, em diversas ocasiões, de Hélène Delorme (coordenadora francesa do projeto), Hugues Lamarche, Jean-Paul Billaud, Bernard Roux e Magda Zanoni – esta, brasileira, professora na França.

Dois desses seminários marcaram, particularmente, o período. Um primeiro, realizado em novembro de 1989, teve como tema Os Camponeses têm Futuro? Uma Homenagem a Alexander Chayanov. Esse encontro representava para nós uma oportunidade de retomar, no campo da sociologia, o interesse pelo

campesinato, de alguma forma relegado por uma grande parte dos sociólogos brasileiros, desde as últimas contribuições de Maria Isaura Pereira de Queiroz, no início dos anos 70. Os antropólogos, como sabemos, nunca abandonaram essa temática.

O outro seminário, com o título Agricultura Familiar e Projeto de Modernidade – Seminário Internacional, ocorreu em 1998, por ocasião do lançamento, no Brasil, do livro *A agricultura familiar – Uma realidade multiforme*, coordenado por Hugues Lamarche. Mais uma vez, essa reunião pretendeu constituir-se como um marco no sentido do reconhecimento e da legitimidade intelectual da problemática da agricultura familiar no nosso país.

Sonia Bergamasco, professora da Feagri/Unicamp, e eu fomos as coordenadoras do evento, que reuniu um grande número de pesquisadores do Brasil e do exterior. Vale lembrar que Sonia Bergamasco sempre esteve muito proximamente vinculada à equipe do IFCH, desde o Grupo do Matinho, do qual participava, enquanto era a chefe do Departamento de Economia Rural da Unesp/Botucatu e participou do Ceres desde o início. Fico feliz por saber que ela, atualmente, integra o corpo docente do doutorado de ciências sociais. As comunicações apresentadas no seminário internacional e os debates suscitados diziam respeito a pesquisas em Portugal, na Itália, na Espanha, na França, no Canadá, na Polônia, na Tunísia, na Argentina, na Holanda, além, evidentemente, de no Brasil.

O seminário, como está registrado em seus *Anais*, demonstrou a pertinência e a atualidade da problemática da agricultura familiar ao abrir um grande leque de questões: a reprodução social da agricultura familiar em áreas de agricultura moderna, de antiga agricultura camponesa, ou ainda em novos contextos sociais, tais como as reservas florestais na Amazônia; o trabalho agrícola e a identidade profissional: pluriatividade, a profissão do agricultor, novas identidades; a moralidade familiar e o comportamento econômico; as políticas agrícolas e a reprodução da agricultura familiar: os impasses e as perspectivas da agricultura familiar na Europa, as políticas sociais para os agricultores brasileiros,

a previdência social rural, pobreza, exclusão social e cidadania; a agricultura e o meio ambiente: o novo lugar da agricultura familiar na sociedade moderna: a gestão dos recursos naturais, a representação da natureza pelos agricultores: a agricultura familiar e o meio rural: uma nova ruralidade.

A riqueza dos debates estimulou as conclusões, encaminhadas no sentido da necessidade da formulação de novos marcos teóricos capazes de explicar a agricultura familiar moderna, isto é, a que – com todas as suas contradições – é gerada e reproduzida nas condições da sociedade moderna. Uma teoria que situe o nosso objeto no espaço da tensão entre o geral e as especificidades, entre o global e a localidade, entre a tradição e a modernidade, entre o homem do campo e o cidadão. Uma teoria interdisciplinar, que se inspire diretamente nas ciências explicativas da sociedade moderna, ao mesmo tempo em que contribua para fazê-las avançar, pela incorporação de questões – a agricultura, o agricultor, o meio rural – tantas vezes excluídas.

Finalmente, o Projeto Capes/Cofecub teve um efeito extremamente estimulante dos contatos entre pesquisadores brasileiros e franceses, para além das equipes diretamente envolvidas. Assim, por exemplo, em diversas ocasiões, nossos colegas franceses participaram das reuniões do GT Estado e Agricultura, da Anpocs, num profícuo intercâmbio, que lhes oferecia uma visão nacional da comunidade acadêmica brasileira e dos principais temas em debate.

A fundação do Ceres

Em 1996, foi criado o Centro de Estudos Rurais (Ceres), grupo de pesquisa vinculado ao IFCH. Para formalizar sua fundação, realizamos uma mesa-redonda, cujo tema foi Reforma Agrária: Uma Demanda da Sociedade, através da qual pretendíamos, igualmente, homenagear José Gomes da Silva, fundador e, por muitos anos, presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), ex-presidente do Incra e, reconhecidamente, um dos maiores de-

fensores da reforma agrária do país, que havia falecido recentemente. A mesa contou com a participação de Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ), Abdias Vilar de Carvalho (Incra/SP), Fernando Antônio Lourenço (Cesop/Unicamp) e Vera Lúcia Graziano Rodrigues (PUC/Campinas), filha do doutor Gomes.

O Ceres consolidou sua experiência baseada nos três princípios já referidos acima. De fato, os seminários seguintes, que denominamos Diálogos Pertinentes, tinham como objetivo co-tejar o olhar de um pesquisador de um tema relevante, na perspectiva do mundo rural, com o de um outro estudioso desse mesmo tema, mas que não assumisse esse recorte rural. Assim, o primeiro desses diálogos pertinentes teve como tema Movimentos Sociais Rurais e Urbanos, com a participação de Maria Célia Paoli (USP) e Regina Novaes (UFRJ). Foi extremamente rico ver como as duas grandes estudiosas dos movimentos sociais no Brasil ampliavam sua própria reflexão, para incorporar a problemática específica que a outra lhe propunha. Um segundo seminário reuniu Ricardo Abramovay (FEA/USP) e Mariza Corrêa (do Centro Pagu e do doutorado) em torno do tema Agricultura Familiar, Juventude e Gênero. Ricardo acabara de participar de uma pesquisa em Santa Catarina sobre a juventude rural, que havia constatado, entre outros aspectos relevantes, um processo de masculinização da população rural do estado, questão que foi discutida por Mariza, reconhecidamente uma especialista nos estudos sobre família e gênero.

Essa foi minha última atividade no Ceres. Em julho de 1997, aposentei-me e realizei a sonhada migração de retorno para o Recife, minha terra natal.²

2 Apresento a relação dos meus orientandos que concluíram suas teses de doutorado na Unicamp, que também vivenciaram a origem e o momento inicial do Ceres: (1990) Ricardo Abramovay, professor da FEA/USP, *De camponeses a agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão*, prêmio de Melhor Tese do Ano conce-

A SOCIOLOGIA DO MUNDO RURAL

Já que se trata de minhas memórias, tomo a liberdade de restringir o campo do relato à minha trajetória pessoal, consciente de que ela foi, sem dúvida, o resultado de meu pertencimento aos

grupos a que me referi neste artigo, num momento especialmente fecundo da produção acadêmica brasileira.

No novo contexto pós-64, as referências às relações feudais haviam perdido, definitivamente, sua anterior legitimidade teórico-política. Em 1965, Caio Prado Júnior publicara o seu polêmico livro *A revolução brasileira*, que consolidou a reflexão sobre o capitalismo no Brasil. Uma questão, no entanto, permanecia: Que capitalismo era esse? Como pensar essa realidade à luz das teorias clássicas sobre o desenvolvimento do capitalismo?

Considerando essas questões sob o ângulo mais específico das transformações da agricultura, interessava compreender as mudanças nas classes agrárias, tanto as classes dominantes – o significado da propriedade da terra assume aqui uma grande importância – quanto as “classes subalternas”, termo este que passa a ser adotado após a difusão da obra de Antonio Gramsci no Brasil. Um veio fundamental foi o que considerava o processo de proletarianização da força de trabalho rural, isto é, a passagem das formas tradicionais do colonato e da morada para as relações puramente assalariadas, especialmente, do trabalhador “volante” em São Paulo e do “clandestino” na Zona da Mata pernambucana, que foi objeto de uma vastíssima bibliografia. Da mesma forma, os estudos sobre o campesinato assumiram um grande peso, para uns, uma categoria inexistente na sociedade brasileira, para outros ao contrário, pela sua oposição ao latifúndio, portadora de uma grande força transformadora.

Durante a década de 60, a população rural, que até então era majoritária no país, perde a predominância em benefício da população urbana. Os conceitos de “rural” e “urbano” utilizados pelo IBGE já eram, na ocasião, questionados por alguns estudiosos. Dois livros de Juarez Rubens Brandão Lopes, *Crise do Brasil arcaico* (1967) e *Desenvolvimento e mudança social* (1968), dão conta da nova centralidade do mundo urbano-industrial na sociedade brasileira. O debate sobre o mundo rural toma assim uma nova feição: Qual o seu lugar nesses processos de transformação?

dido pela Anpocs, publicada pela Hucitec e Editora da Unicamp, 1992; Leonilde Sêrvolo de Medeiros, professora do CPDA/UFRRJ, *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*, 1995; Leila de Meneses Stein, professora da Unesp/Araraquara, *Sindicato, estado e agricultura: o dilema da representação*, doutorado de ciências sociais, 1997; Alfio Brandenburg, professor da UFPR, *ONGs e a agricultura familiar – A experiência da Rureco no desenvolvimento da agricultura familiar na região centro-oeste do Paraná*, publicada pela Editora da UFPR, 1999; (1998) Fernando Antônio Lourenço, professor do IFCH/Unicamp, *Agricultura ilustrada – Ambivalência do reformismo agrícola no Brasil (1770-1920)*, publicada pela Editora da Unicamp, 2001; (1998) João Carlos Tedesco, professor da UPF, *Terra, salário e família – Racionalidades em conflito no cotidiano do meio rural*, publicada pela Editora da Universidade de Passo Fundo, 1999; Diógenes Pinheiro, *Batismo de fogo – Lideranças políticas em assentamentos rurais*, 1999; (1999) Sergio Luiz de Oliveira Vilela, assessor da Embrapa, *Globalização e emergência de múltiplas ruralidades – Reprodução social de agricultores via produtos para nichos de mercado*, publicada pela Embrapa, 2000; Regina Bruno, professora CPDA/UFRRJ, *O ovo da serpente: monopólio da terra e violência na Nova República*, 2002.

São essas questões que inspiraram minhas tentativas de participar do debate acadêmico e que tentarei explicitar a seguir.

A questão fundiária no Brasil

Na minha tese de doutorado, defendida, em 1975, na Universidade de Paris X – Nanterre, na França, eu havia tentado analisar as relações entre o capital e a propriedade da terra na economia açucareira de Pernambuco. Minha conclusão era de que a articulação entre ambos constituía um dos eixos centrais das estratégias de reprodução dessa economia. Os “empresários” locais procuravam suprir a fragilidade do processo de acumulação capitalista, através de formas particulares de uso da terra, que asseguravam a fixação dos trabalhadores (sistema de morada) e a adequação da produção às oscilações dos mercados de açúcar. Nessa experiência histórica, ao invés da “fórmula trinitária”, com a qual Marx explicara o lugar da propriedade da terra sob o capitalismo, via-se o proprietário na condição de “dirigente da produção”. As contradições que os clássicos, Marx em primeiro lugar, haviam registrado entre o capital e a propriedade fundiária eram, nesse caso, como que externalizadas e socializadas para o conjunto da sociedade local e se manifestavam no caráter extensivo do uso da terra, na grande proporção de terras improdutivas, na superexploração da força de trabalho e na dependência estrutural em relação ao Estado. Como expressei, na apresentação da publicação da tese no Brasil, “trata-se de uma indústria dirigida por latifundiários, de uma oligarquia agrária constituída por industriais e de um capitalismo carente de capital”.

Um dos elementos-chave da legitimação ideológica da modernização da agricultura no Brasil consistia na afirmação de que, para ser moderno, seria necessário ser grande, a escala se transformando numa das exigências do progresso. Esse argumento encobria uma dupla dimensão do caráter conservador da modernização. Por um lado, tentava reconhecer nas propriedades de grandes extensões uma capacidade, real ou potencial, para res-

ponder satisfatoriamente às transformações tecnológicas em curso. Como por um passe de mágica, a “Modernização sob o comando da terra” (título do artigo que publiquei na *Revista Idéias* do IFCH) esvazia o conceito de latifúndio que, sem muito esforço, pode ser apresentado como empresa rural e aceder aos benefícios assegurados às unidades de produção modernas. Por outro lado, tentava justificar a exclusão dos agricultores que operavam em pequena escala, no que se refere tanto à terra quanto ao capital. Aos pequenos agricultores, poder-se-ia oferecer a fixação no campo, uma eventual melhoria da renda, o acesso a certos bens, mas jamais a parceria no progresso da agricultura.

Campesinato e agricultura familiar

Ao chegar à Unicamp, atendendo a uma sugestão de Tamás Szmrecsányi, então coordenador do Grupo de Estudos Agrários, dediquei-me a elaborar um texto sobre o campesinato, que seria objeto de debate no grupo – O camponês, um trabalhador para o capital. Foi um trabalho despretensioso, no qual procurei organizar minhas próprias idéias sobre a questão. Numa primeira parte, afirmava que grande parte dos estudiosos da realidade brasileira aceitava o pressuposto de que o capitalismo supõe, necessariamente, a proletarização plena da força de trabalho. Assim, no que se refere ao campesinato, ou se negava sua existência ou se admitia que ele representava relações anteriores (pré) ou antagônicas (anti), em todo caso “fora” (não) do capitalismo. Propunha, então, que se pudesse pensar o campesinato como um elemento integrado, contraditoriamente, à própria reprodução das sociedades capitalistas, como uma expressão de sua heterogeneidade. Otávio Guilherme Velho, do Museu Nacional, havia sido convidado a debater meu texto no grupo. Devo a ele, com sua valiosa leitura crítica, o estímulo para continuar a pesquisa que pretendia.

A busca da compreensão do campesinato continuou em duas pesquisas subseqüentes. A primeira foi realizada com pro-

dutores de feijão em São Paulo. Na verdade, minha intenção era a de, uma vez na Unicamp, realizar uma pesquisa empírica sobre esse tema. Num primeiro momento, integrei-me à equipe coordenada por José Graziano da Silva e Ângela Kageyama, que participava do estudo latino-americano sobre a diferenciação camponesa, promovido pelo IICA. Escolhemos os produtores de feijão da região de Itararé, em São Paulo, como estudo de caso no Brasil. A situação desses produtores pareceu-nos particularmente interessante.

No início dos anos 70, com a elevação dos preços do feijão, em decorrência de uma grave crise em seu abastecimento, a região de Itararé, onde predominavam produtores familiares, em geral pequenos, especializa-se na produção de feijão. Os produtores transformam rapidamente seu processo de produção, com a introdução de um “pacote tecnológico” moderno e eficiente, cujo carro-chefe foi uma certa variedade do feijão. Eles contaram para isso com o apoio decisivo da pesquisa, da assistência técnica e do crédito oferecidos pelo estado de São Paulo.

Em suas conclusões, a pesquisa registrava um profundo processo de diferenciação social, pelo qual os produtores vivenciavam movimentos ascendente ou descendente (*hacia arriba* ou *hacia abajo*, como diziam os coordenadores latino-americanos do projeto), sem que isso implicasse para o produtor a perda da condição camponesa. A “decomposição” do campesinato, que ocorre quando o produtor perde a condição camponesa e se transforma em empresário ou proletário, também foi observada na região, porém, numa dimensão menos expressiva. A pesquisa observou, igualmente, que a construção do espaço de reprodução desses agricultores ocorria no contexto particular de suas relações com o mercado e com o estado e de mudanças no padrão tecnológico. A constatação empírica da permanência de um setor, que não hesitávamos em definir como camponês, nos distanciava, portanto, de qualquer referência a “formas residuais” do campesinato, “em vias de desaparecimento”. Não pude participar da pesquisa até o final, pois, grávida, fui desaconselhada pelo médico a reali-

zar viagens longas e cansativas. Graziano e Ângela compreenderam meus limites.

Na continuação, minha segunda pesquisa teve como título Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão da região de Campinas, São Paulo. Os produtores de algodão de Araras e Leme eram, em sua grande maioria, pequenos proprietários, que trabalhavam com suas famílias. O algodão é uma cultura sujeita a sérios riscos naturais – doenças e pragas –, ao mesmo tempo em que é submetida a estritas normas de qualidade, em sua condição de matéria-prima industrial. Ela deve, assim, ser realizada com elevado padrão tecnológico, o que exige, além da capacitação dos produtores, o investimento de uma soma importante de capital no processo produtivo. No caso estudado, esses produtores dispunham de um capital relativamente importante, adotavam uma tecnologia moderna, segundo as orientações dos serviços de assistência técnica e eram relativamente bem-remunerados. Pude perceber, no entanto, que viviam uma série de tensões nos diversos planos de suas relações econômicas e sociais: com o estado, que exercia uma forma de tutela sobre suas práticas produtivas; com o mercado de insumos, em torno dos preços dos mesmos; com o mercado comprador do algodão (as beneficiadoras do produto), também sobre os preços, mas, especialmente, a respeito da imposição das normas de qualidade e, finalmente, com o mercado de trabalho, uma vez que a colheita de algodão permanecia manual e era realizada por trabalhadores externos à família. No entanto, essa integração subordinada ao mercado não anula a afirmação de um projeto familiar, que se expressa, fundamentalmente, na prioridade atribuída pelos agricultores à consolidação do patrimônio familiar e no comprometimento dos membros da família no processo de trabalho do estabelecimento. O caráter contraditório dessa subordinação que, ao submeter, integra e viabiliza o trabalho familiar transforma a unidade de produção e ainda incita diversas ações de resistência, funda os limites do que denominei uma autonomia relativa. Esse conceito me permitiu qualificar as contradições es-

pecíficas vivenciadas pelos agricultores familiares, reconhecendo o “lugar” que eles ocupam na heterogeneidade da sociedade capitalista brasileira.

A partir de 1984, participei da pesquisa internacional que consistia no estudo comparativo sobre a agricultura familiar em cinco países: França, Polônia, Canadá, Tunísia e Brasil. Os resultados, que foram publicados em dois tomos, em francês, polonês e português, permitiram sedimentar para os seus autores uma concepção da agricultura familiar nas sociedades modernas. Ela é heterogênea em suas formas de expressão social, e essa realidade multiforme é consequência direta de sua capacidade de adaptação a situações diversificadas. Em consequência, mais importante do que registrar seu desempenho econômico, torna-se necessário compreender o que move esses agricultores no contexto em que vivem e, sobretudo, que estratégias adotam para implementar seus projetos de reprodução.

O primeiro tomo dessa publicação, *A agricultura familiar – Uma realidade multiforme*, foi consagrado à apresentação da proposta teórico-metodológica que norteava a equipe, bem como de uma síntese a respeito da agricultura familiar em cada país selecionado. Assinei, com Anita Brumer, Ghislaine Duque e Fernando Antônio Lourenço, o capítulo sobre o Brasil. No segundo tomo, dedicado ao estudo comparativo propriamente dito, os temas trabalhados na pesquisa de campo foram analisados de forma transversal, isto é, considerando sua incidência nas 13 áreas dos 5 países.³

³ Hugues Lamarche (coord.), *A agricultura familiar – Uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, v. 1; *A agricultura familiar – Do mito à realidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998, v. 2.

O “lugar” dos rurais

Para o segundo tomo – *A agricultura familiar – Do mito à realidade* –, escolhi, juntamente com Fernando Lourenço, o tema referente à vida local dos agricultores familiares. Um dos últimos estudos no Brasil sobre o tema das relações entre o mundo rural e o mundo urbano havia sido o de Maria Isaura Pereira de Queiroz, a respeito dos “bairros rurais paulistas”, publicado em 1973.

Essa questão começou a me interessar por ocasião da pesquisa realizada em Leme. Boa parte dos agricultores, produtores de algodão, residia na sede municipal, cidade com 70 mil habitantes, localizada num importante eixo urbano-industrial do estado de São Paulo. Como os sítios eram relativamente próximos e os meios de transporte acessíveis, as relações entre (esse) meio rural e (essa) cidade eram freqüentes, o que não impedia os agricultores (os homens mais que as mulheres; os adultos, mas não os jovens) de manter suas formas tradicionais de lazer no meio rural, tais como pescarias, festas religiosas e encontro com os amigos dos sítios. Posteriormente, quando da aplicação da pesquisa no Canadá, constatei que os agricultores viviam em suas propriedades, porém com um acesso intenso à cultura urbana, no que se refere ao uso cotidiano de bens e serviços disponíveis ao conjunto da população do país, o que incluía o gozo anual de férias nos vizinhos Estados Unidos ou mesmo na Europa. Analisando o conjunto das áreas pesquisadas, percebemos que os agricultores familiares têm acesso, diferenciado sem dúvida, à cultura urbana e ampliam seus espaços de interação, para além do âmbito local, atingindo as esferas regionais e nacionais. No entanto, mesmo na França e no Canadá, os países mais “modernos” do universo da pesquisa, o meio rural é para eles o espaço das relações de proximidade e de interconhecimento, que permanece valorizado.

Vivo hoje no Recife, onde continuo exercendo minhas atividades de professora e pesquisadora, como colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE e como bolsista do CNPq. As pesquisas subseqüentes já foram realizadas após minha instalação no Recife, como um desdobramento dos interesses já assumidos até então, e tinham por objeto, mais uma vez, a compreensão do mundo rural brasileiro na atualidade e a agricultura familiar.

Apesar da distância, os laços com a Unicamp não se romperam. Tive a felicidade de poder continuar ligada ao Ceres através do Projeto Capes/Procad, O Mundo Rural e as Ciências Sociais – Produção de Conhecimento e Formação de Pesquisadores, que

reuniu numa profícua parceria, de 2001 a 2005, os estudiosos do mundo rural brasileiro da Unicamp e das Universidades Federais do Rio Grande do Norte, Campina Grande e Pernambuco. Neste e em tantos outros espaços acadêmicos, o encontro com os pesquisadores do Ceres é, sempre para mim, um momento de alegria, mas também, por que não dizer, de saudade.

MARIA DE NAZARETH BAUDEL WANDERLEY é professora aposentada da Unicamp, colaboradora do PPGS-UFPE.